

A ABORDAGEM INFORMACIONAL DOS ARQUIVOS

Eliezer Pires da Silva

eliezerpires@gmail.com

Mestre em Ciência da Informação

Resumo

Uma possível caracterização da arquivologia na atualidade pode ser traçada a partir da frequência com que a designação "informação arquivística" vem sendo enunciada. Na literatura, sinaliza-se o deslocamento paradigmático do objeto de estudo: do arquivo para a informação arquivística. Nessa direção, no horizonte das unidades de informação, as orientações metodológicas das práticas de descrição arquivística no Brasil permitem representar a proveniência e o contexto dos registros documentais em diferentes níveis. Apontam também para a perspectiva dos sistemas de recuperação da informação com potencialidades de incorporar as concepções teóricas constitutivas do saber arquivístico face às aplicações das tecnologias de informação e comunicação. Assim, a abordagem informacional tende a alinhar-se com os aspectos teóricos formulados pelo Princípio da Proveniência, que consiste na preservação das relações contextuais que caracterizam os documentos acumulados em torno de um produtor e suas atividades.

Palavras-chave: informação arquivística; arquivo e informação

INTRODUÇÃO

A informação enquanto fenômeno contemporâneo no qual a Ciência da Informação tem o seu surgimento, constitui também o objeto próprio da área. Com a emergência dessa disciplina, em meados do século XX, encontra-se um enfoque científico-tecnológico no conceito de informação (SARACEVIC, 1999). Mas atualmente apresenta uma caracterização mais inclusiva, sobretudo associada às demandas sociais impostas no contexto das transformações globais da chamada Sociedade da Informação. Essas novas perspectivas dão lugar às pesquisas voltadas às realidades organizacionais dos negócios e o uso social da informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2000). Segundo Braga (1995), "(...) outras avenidas de investigação se abriram (...) novas tentativas de reconfigurar uma área em torno de um objeto tão fugidio".

Dessa forma, esta comunicação pretende contribuir para ampliar as discussões em torno da viabilidade da abordagem informacional dos arquivos segundo as

construções teóricas da Arquivologia em face do debate sobre esse objeto para a Ciência da Informação.

De acordo com Fonseca (2005), discute-se atualmente uma ruptura de paradigma na Arquivologia. Há o deslocamento do objeto “arquivo” para a “informação arquivística”. Como demonstrar uma construção teórica em torno do conceito de informação arquivística reconhecendo no processo orgânico de geração de registros a própria especificidade do que é arquivo: acumulação informacional como extensão da organização institucional em funcionamento.

Neste sentido, o Princípio da Proveniência representa importância estrutural para a Arquivologia (JARDIM; FONSECA, 1992). Tal conceito consiste na noção de preservação da existência em conjunto que caracteriza os documentos acumulados no exercício de dada atividade. A natureza coletiva desse sentido encontra-se bastante próxima da concepção presente no conceito de arquivo. Só é arquivo enquanto a relação orgânica da acumulação documental com a condução administrativa não for destituída. A razão de ser do Princípio é permitir que registros detentores da enunciada especificidade se preservem arquivo.

Para elencar apontamentos sobre o surgimento dos objetos da arquivologia, unidades discursivas formaram-se em torno de períodos não especificamente possíveis de serem precisados. Ainda assim, constata-se no século XIX o quanto esse objeto está imbricado nos objetivos da História. São os historiadores que possuem ingerência sobre as instituições. Mais ainda, no caso americano dá-se uma simbiose em que a própria instituição é uma associação histórica. Na segunda metade do século XX delinea-se uma realidade na qual necessidades da administração pública encampam a agenda da arquivologia num movimento de aproximação da função social dos arquivos às demandas de eficiência e transparência administrativas do Estado. E, na contemporaneidade, ficam patentes as relações entre Ciência da Informação e Arquivologia, o diálogo interdisciplinar em torno de um objeto comum chega ser posto na conta de uma obviedade, como aparece em Fonseca¹.

¹ A citação do diagnóstico da professora Maria Odila Fonseca é uma indicação que ainda não é óbvio para todos. No entanto, aqui impõe-se a perspectiva da sua própria fala representar elementos que caracterizem o acontecimento discursivo atual, o diálogo interdisciplinar entre Arquivologia e Ciência da Informação.

A falta de percepção das relações interdisciplinares entre essas duas áreas do conhecimento é instigante, na medida em que tais relações parecem óbvias, quando se identifica a informação como elemento central do conjunto de objetos de que ambas se ocupam. (2005, p.9, grifo nosso)

Nesse aspecto, uma possível caracterização da arquivologia na atualidade pode ser traçada a partir da frequência com que a designação "informação arquivística" vem sendo enunciada. Na literatura, sinaliza-se o deslocamento paradigmático do objeto de estudo: do arquivo para a informação arquivística. Nessa direção, no horizonte das unidades de informação, as orientações metodológicas das práticas de descrição arquivística no Brasil permitem representar a proveniência e o contexto dos registros documentais em diferentes níveis. Apontam também para a perspectiva dos sistemas de recuperação da informação com potencialidades de incorporar as concepções teóricas constitutivas do saber arquivístico face às aplicações das tecnologias de informação e comunicação. Assim, a abordagem informacional tende a alinhar-se com os aspectos teóricos formulados pelo Princípio da Proveniência, que consiste na preservação das relações contextuais que caracterizam os documentos acumulados em torno de um produtor e suas atividades.

GENEALOGIA² DA PROVENIÊNCIA

O que é o Princípio da Proveniência? Respeitar os fundos de arquivo é o seu sinônimo? Na realidade acabam sendo em muitos casos designações diferenciadas por duas fortes tradições do desenvolvimento disciplinar da arquivologia. O que descende da prática francesa de tratamento do elemento constituidor do arquivo está nomeado pela noção de *fundo*, curiosamente – além do peso semântico de conter a idéia de reserva de tesouro – indicaria, também simbolicamente, a concepção de pano de fundo, residente na própria acumulação documental dada no curso de uma atividade exercida por alguma instituição. Já a Proveniência sendo então um termo – variação de *provienzstelle* – da experiência germânica, tem a ver com um *sentido orgânico* (através do *Registratur*) imposto pela administração à documentação

² Sob a designação de genealogia, pretende-se fazer uma análise do acontecimento discursivo Princípio da Proveniência. Condições de sua formação, elementos no entorno que viabilizaram o seu surgimento.

buscando *funcionalidade* para condução da atividade, sentido esse capaz de testemunhar seu funcionamento quando preservada tal ordem na posteridade. Nuanças realmente existem, mas basicamente na periferia, ou seja, nas circunstâncias de aplicação do que é um *princípio*. O cerne – preservar o que é constitutivo no conceito de arquivo – tem permanência em ambas as formulações.

O ENUNCIADO FRANCÊS

A experiência francesa de constituição de um arquivo de abrangência nacional possui tanto encadeamentos que justificam tal criação, como também desdobramentos. Quanto aos encadeamentos que justificam a criação do Arquivo Nacional da França, em 12 de setembro de 1790, logo se estabelece direta relação com a Revolução de 1789, portanto no ano anterior. Os autores canadenses tecem comentários:

Os artesãos da Revolução Francesa compreendem o “poder” que os arquivos encerram e a sua importância no exercício do governo, criando os Archives nationales de France [...] e querendo conservar, desde início do mandato, todos os documentos produzidos sob a nova administração. (COUTURE; ROSSEAU, 1998, p.33)

Schellenberg observa o motivo da relevância. “Foi o primeiro arquivo nacional criado no mundo. Nele deveriam ser guardados os documentos da Nova França, documentos esses que traduziam suas conquistas e mostravam suas glórias”. (2002, p.26). A elevação da Revolução Francesa ao status de signo divisor de modelos de sociedade no ocidente se deve às rupturas que podem ser caracterizadas no pós-1789: movimentos em torno da idéia de nação. Consequentemente a necessidade de uma *história* que identifique a coletividade em torno de um *Estado*.

Nessas circunstâncias de mudanças estruturais no modelo de organização da sociedade é que o arquivo entra na agenda das transformações de proporções mundiais ocorridas a partir do século XIX. Franck B. Evans, prefaciando a obra de Couture e Rousseau, descreve um movimento de deslocamento na função dos arquivos no seio das mudanças sociais:

[...] o desenvolvimento da História como disciplina [...] em que fontes originais são utilizadas como materiais de apoio à investigação, os depósitos de arquivo, outrora considerados sobretudo como “arsenais de leis”, transformaram-se agora em “arsenais da história”. (COUTURE; ROUSSEAU, 1998, p.17)

O Arquivo Nacional criado pelos revolucionários fazia parte de um projeto de nação, portanto tem força de legitimação da República reunindo ali os principais símbolos.

Os arquivos da Revolução Francesa agrupam, em primeiro lugar, os documentos das instâncias governamentais da Revolução. São também constituídos pelo núcleo duro da nova ordem. Eles são não só o receptáculo de documentos em sentido comum; recebem também objetos com carácter fundador muito acentuado: os selos da República, os tipos de moedas, os padrões dos pesos e medidas. (SANTONI apud COUTURE; ROSSEAU, 1998, p.37)

No contexto de relevância institucional que assume essa centralização dos arquivos, destaca-se sobretudo a importância do papel de subsidiar a construção de uma memória nacional : empreendimento realizado a partir da concentração dos documentos.

Foi o que sucedeu, notadamente em Paris, quando a Revolução Francesa concentrou em um único depósito, denominado Archives Nationales, documentos os mais diversos, tais como o Tesouro de Cartas Reais, os arquivos do Parlamento de Paris, os das Abadias e conventos da região parisiense, os dos ministérios do governo real, os dos príncipes emigrados etc., aos quais se juntaram, logo depois, os papéis provenientes das novas assembléias e administrações criadas pela Revolução. (DUCHEIN, 1983, p.15)

Essa reunião dos arquivos no Arquivo Nacional se manifesta radicalmente contrária ao mínimo que já havia sido desenvolvido sobre a relação entre o acúmulo dos documentos e a atividade geradora deste.

Não se trata já da absorção ou da transferência de arquivos por parte de outro serviço – prática que se tornou vulgar a partir do

³ SANTONI, Pierre. *Archives et violence à propos de la loi du 7 messidor an II*. Gazette des Archives, n. 146-147. p.205.

século XVI – mas, efectivamente, da quebra da unidade estrutural dos arquivos. Mais do que a nacionalização e mudança forçada dos documentos, importa salientar o fato de, pela primeira vez na história dos arquivos, se defender a desarticulação metódica dos acervos de origem, tudo em nome de valores estranhos ao critério que presidiu à sua concentração por parte das entidades produtoras. É o colapso da estrutura sistémica concebida – e desde sempre praticada – pelos responsáveis e profissionais de arquivo. Estava-se, assim, a desferir um golpe num modelo milenar, cuja razão de ser assentava no respeito pela rede de ligações entre os documentos que integram um mesmo sistema de informação. (SILVA et al., 1999, p.101, grifos nossos)

O desmonte que começa ser realizado nos arquivos trouxe conseqüências negativas de imediato. No entanto, no percurso da adulteração da noção orgânica já de muito tradicional em torno do conceito de arquivo, os franceses trazem uma contribuição para a questão que surge da prática com o caos gerado na incorporação de diferentes arquivos pelo Arquivo Nacional.

A política de incorporações em massa e a subsequente reordenação dos arquivos, baseada em concepções ideológicas, atingiram tais proporções em França, que a situação se tornou de certo modo incontrolável e alarmante, do ponto de vista arquivístico. Face a esse estado de coisas, surgiu a necessidade de impor ordem no caos que se gerara, o que levou à formulação de umas “instructions pour la mise en ordre et le classement des archives départementales et communales”. (Ibidem, p.107, grifo nosso)

O problema demandou solução que ao seu tempo foi pragmática, em muitos de seus motivos. O fato de ser objeto de uma circular – despacho administrativo – é sintomático. São instruções promulgadas pela direção do Ministério do Interior inspiradas no que propõe o então chefe da Seção Administrativa dos Arquivos Departamentais, Natalys de Wally – em 24 de abril de 1841.

A ambiência administrativa da resolução poderia tornar tal diretriz *exclusivamente* pragmática; isso se não fosse os posteriores lampejos de intenção de justificar o enunciado. Percebe-se assim na idéia de *fundo de arquivo* uma totalidade descaracterizada quando numa classificação por assunto.

A classificação geral por fundos é uma única verdadeiramente capaz de assegurar o pronto cumprimento de uma ordem regular e uniforme [...] Se, em lugar desse método, fundamentado, por assim dizer, na natureza das coisas, se propõe uma ordenação teórica [...], os arquivos cairão em desordem difícil de remediar [...] Em qualquer

outro tipo de classificação que não seja por fundos corre-se o grande risco de não se saber onde encontrar um documento. (WALLY4, 1890 apud DUCHEIN, 1983, p.16)

Schellenberg é menos pudico no reconhecimento das raízes pragmáticas do respeito aos fundos de arquivo. Um de seus argumentos sobre a importância do princípio é:

O princípio confere ao arquivista orientação prática e econômica para o arranjo, descrição e consulta dos documentos em sua custódia. Antes de formulado o princípio, os arquivistas, como vimos, reordenavam, em relação aos assuntos [...] Tal reajustamento era muito complicado [...] Tão moroso se revelava que absorvia, em geral, todo o tempo do arquivista.[...] O princípio de proveniência suplantou o processo de dispor os papéis em conformidade com os assuntos. Destarte, um método de arranjo de todo dificultoso viu-se substituído por outro de caráter prático. (SCHELLENBERG,1980, p. 110, grifos nossos)

A formulação de 1841 parece ter contribuído mais para a noção específica de fundo do que propriamente uma construção teórica e ampla de princípio do respeito aos fundos. Inclusive não contraria o pensamento do francês Duchein que afirma ser “... a certidão de nascimento da noção de fundos de arquivos.” (1983, p. 16) Ele não incluiu o *princípio do respeito*. Contanto será, aproximadamente, meio século depois (1898) o *Manual dos holandeses* marco fundador da disciplina quando teoriza ser imprescindível *respeitar a organicidade* presente no próprio conceito de arquivo.

Martín-Pozuelo Campillos, em seu trabalho, salienta a dualidade complementar de ambas as enunciações.

Dos son los hitos históricos en el desarrollo teórico de este principio: el 24 de abril de 1841, fecha en que se formula el principio francés de fondo, y el 1898, año en que tiene lugar la aparición de la obra de los holandeses, donde se establece la específica ordenación de los fondos en el seno del que hoy se conoce como principio de respeto al orden original de los documentos. Cada uno de estos dos principios representan, a mi juicio, la significación teórica de aquellos dos valores que antes he considerado y representan una doble significación de un principio más general, esto es el de Procedencia. (1998, p. 34, grifos nossos)

⁴ DESJARDINS, G. *Le Service des Archives de partamentales*. Paris, 1890, p.30.

No diapasão sistemático que monumentaliza *1841* e *1898*, torna-se pertinente caracterizar a especificidade de cada contribuição. Os autores canadenses enfatizam a dualidade em forma de vertentes de definição; apresentam dois graus do Princípio da Proveniência.

Há um primeiro grau do princípio da proveniência que permite isolar e circunscrever a entidade que constitui um fundo de arquivo no que respeita ao modo como este se distingue de qualquer outro. Além disso, há um segundo grau que visa o respeito ou a reconstituição da ordem interna do fundo. (COUTURE; ROSSEAU, 1998, p.83, grifos nossos)

O âmago da circular de 1841 determina que não haja mistura das proveniências, documentos de instituições diferentes não podem ser mesclados.

O respeito deste primeiro grau é essencial para que os documentos de arquivo conservem a sua plena utilidade administrativa, uma vez que os documentos activos e semiactivos de uma unidade formam uma entidade própria que não pode ser misturada com os documentos de uma ou de várias outras unidades. Por outro lado, este primeiro grau é também indispensável à plena existência do valor de testemunho do documento de arquivo, visto que o próprio fundo de arquivo, de que depende esse valor, procede diretamente desse respeito. (Ibidem, p.83)

Nesse dito “primeiro grau” busca-se a preservação da construção de um conjunto de documentos acumulados no entorno de uma atividade, consolida-se a noção de *fundo* em que a própria existência pressupõe não desmontá-lo entre outros. Schellenberg comenta:

Conquanto o princípio do respect des fonds não haja sido adotado consistentemente na França, depois de sua formulação em 1841, deu-se, contudo, um importante passo à frente. O antigo sistema de arranjar os documentos de acordo com algum sistema arbitrário de classificação de assuntos foi abandonado, ao menos teoricamente, e substituído por um sistema baseado em princípio aplicável de maneira geral. (2002, p.245)

A investigação que constroem os professores portugueses⁵, “Para uma Epistemologia Arquivística”, des-monumentaliza 1841 sob o estigma de um hibridismo; Ali, para eles, não se desenvolveu tudo que se reivindica ter saído da experiência francesa. São absolutamente polêmicos naquilo que enunciam.

As circunstâncias que determinaram a formulação do princípio – de natureza meramente prática – e o hibridismo da solução adoptada na sua aplicação (o fundo era considerado como uma unidade indivisível, mas a sua organização interna ficava sujeita a critérios alheios à respectiva organicidade) levam a que, posteriormente, surgissem críticas no sentido de um aperfeiçoamento. (SILVA et al., 1999, p. 108, grifo nosso)

Por outro lado, o trabalho espanhol de Martín-Pozuelo Campillos também presta um serviço de crítica ao monumento em torno de 1841 quando apresenta experiências durante a Idade Média em que a documentação de um dado reinado, por exemplo, era tratada como uma unidade; ou seja, sombras da noção de fundo, posteriormente, formulada na França do século XIX.

La formulación del Principio de Procedencia no es resultado de un único momento ni sucede en un único lugar. Mostraré lo que há sido su evolución, señalando de forma muy particular todas aquellas formulaciones que representan verdaderamente una novedad y que suponen, de alguna manera, un hito en su evolución teórica. (1998, p.25, grifo nosso)

O MANUAL DOS HOLANDESES⁶

Além de ser considerado marco fundador da Arquivologia pelas autoridades da área, é também – nas palavras dos autores canadenses – estandarte do “segundo grau” do princípio da proveniência.

No segundo grau, o princípio da proveniência exige que todos os documentos em um fundo de arquivo ocupem um determinado lugar que tem de ser respeitado ou restabelecido, caso a ordem primitiva ou a ordem original tenha sido modificada por qualquer razão. (COUTURE; ROSSEAU, 1998, p.83)

⁵ Armando Malheiro da Silva, Fernanda Ribeiro, Júlio Ramos e Manuel Luís Real.

⁶ A obra editada pela primeira vez em 1898 pela ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, *Manual de arranjo e descrição de arquivos*, em todo o trabalho, está sendo referida como o Manual dos holandeses.

O *Manual dos holandeses* é absolutamente inovador ao seu tempo com as enunciações emitidas; mais ainda, sempre com tentativas de justificação teórica apesar de ser um manual com todo o pragmatismo que porventura possa sugerir. É estruturado no formato de cem “parágrafos”, designação esta adotada pelos próprios autores. O conteúdo está desenvolvido na condução dos comentários de cada uma das normas.

Existe um aspecto em que a obra fica lamentavelmente datada. São questões específicas de tipologia documental, práticas de acondicionamento e modelos institucionais, que são características de uma época.

A produção foi coletiva, “Ao se discutir, na Associação dos Arquivistas, a proposição em apreço, houve, num ponto, divergência de opiniões.” (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1973, p.48) Parece nítido, desde o prefácio, a construção de diretrizes em detrimento da suposta rigidez de uma normatização de procedimentos, “Enganar-se-ia redondamente, porém, quem nos atribuísse o desejo de colocar as regras no presente Manual como um jugo aos ombros dos nossos colegas.” (Ibidem, p.11) Falando sobre a estrutura do inventário, demonstra-se, em sua essência, o quanto ultrapassou os parâmetros de meramente reger o tratamento dos arquivos, no sentido de que revela o quanto este espaço de *saber aplicado* tende a conduzir-se por *princípios*.

O ponto de vista a partir do qual cumpre ordenar o arquivo há de ser definido pelo julgamento do arquivista, que deve levar em conta, nessa matéria, a natureza do acervo. [...] como já foi observado, cada arquivo reclama o seu próprio arranjo e, por muito desejável que fosse estatuir regras gerais a esse respeito, há que renunciar a semelhante propósito. (Ibidem, p.111, grifo nosso)

O parágrafo dezesseis e seu comentário são emblemáticos no tocante a questão que está sendo investigada neste trabalho. Inicia-se com o reconhecimento da existência de um *sistema* na disposição arranjada dos arquivos: há relações entre os documentos constituindo o todo. A organização da administração que produziu o arquivo está refletida na acumulação por ela feita.

O sistema de arranjo deve ser baseado na organização

original do arquivo, a qual, na sua essência, corresponde à organização do órgão administrativo que o produziu.

Esta regra, adotada pela Associação de Arquivistas, é, de todas, a mais importante, porque nela se formula o princípio fundamental, do qual derivam as demais. (Ibidem, p.44, grifo nosso)

Eis no que acreditavam aqueles arquivistas:

A organização original de um arquivo deve corresponder naturalmente, nas suas linhas principais, à antiga estrutura da entidade administrativa que o produziu. Isso dispensa demonstração. A antiga organização não se formou arbitrariamente, não resultou do acaso, mas é a consequência lógica do modo por que se constituiu a unidade administrativa, de cujas funções o arquivo é resultado. Esse órgão construiu, por assim dizer, o seu arquivo e, ao fazê-lo, tomou em consideração a sua própria constituição e necessidades. (Ibidem, p.47, grifos nossos)

No parágrafo seguinte desenvolve-se a positividade de uma reconstituição da ordem original de conjuntos recolhidos a uma instituição centralizadora.

No arranjo do arquivo, portanto, urge, antes de mais nada, restabelecer quanto possível a ordem original. Somente então será possível julgar-se se é conveniente, ou não, e até que ponto, dela apartar-se. [...] faz ressaltar o fato de que, via de regra, aquele arranjo se estabeleceu em consonância com os requisitos da organização passada e se acha a eles estreitamente vinculado. (Ibidem, p.49-50)

Os arquivistas holandeses criaram mesmo uma espécie de sacralidade da ordenação imposta na ocasião da acumulação administrativa dos documentos, e nisso estaria a existência do que é arquivo, compreensão evidente no seguinte comentário: “O arquivo é um todo orgânico, que se veio criando durante certo período de tempo e não algo feito mais tarde, em determinada data fixa.” (Ibidem, p.117)

É interessante como o parágrafo trinta e oito assevera a mentalidade da abordagem arquivística dos documentos observando o elemento catalisador do conjunto fazendo do grupo unidade orgânica. “Antes de descrever-se um volume ou um amarrado cumpre conceber-se claramente a idéia dominante que presidiu à formação.” (Ibidem, p.80)

Uma verdadeira “pérola” encontra-se no parágrafo vinte e um com a constatação da perspectiva de análise documental fundamentalmente *original* da disciplina arquivística sobre seu objeto. “**Não é o assunto** do documento, **mas a sua destinação**, o que deve determinar o lugar que lhe cabe ocupar no arquivo.” (Ibidem, p.58, grifo nosso) *O fio condutor do “olhar” arquivístico reside no perguntar sobre a atividade institucionalizada que foi fator gerador da acumulação; e, nesta relação, visualizar a constituição do arquivo.*

Numa direção de crítica à condecoração do marco de “1898”, Duchein tece algumas considerações sobre a inviabilidade da aplicação rígida do respeito à ordem original (preservar a forma como a administração acumulou seus documentos, defendida pelos holandeses).

Nos países de tradição administrativa germânica [...] existem, nos organismos da administração, seções especiais denominadas Registratur (em inglês, Registry) cuja função é registrar e classificar todos os documentos recebidos ou produzidos por esse organismo, ou seja, provê-los de meios de referência (letras, números etc.) que correspondam a um quadro preestabelecido.[...] torna-se admissível, nessas condições, que os arquivistas dos países de tradição germânica tendam a insistir no respeito à classificação dada pelo Registratur [...] Infelizmente, nos países de tradição latina (espanhola, francesa, italiana) não há, de modo geral, nada semelhante ao Registratur.[...] Por isso muitas teorias sobre o princípio [...] são inaplicáveis aos arquivos dos países de tradição latina por não corresponderem à sua realidade. (DUCHEIN, 1983, p.27-28)

A aplicação do princípio é o percurso no qual se dá a construção conceitual. Numa expressão dos canadenses, Proveniência é a “pedra de toque” capaz de prover a ferramenta de concepção arquivística. “Representa, em última análise, a unidade fundamental na qual se vão fixar as unidades de trabalho...” (COUTURE; ROSSEAU, 1998, p.92)

INFORMAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A Ciência da Informação constitui-se numa área do conhecimento que desfruta de significativo desenvolvimento no percurso de sua institucionalização. Borko (1968) utiliza-se de Robert Taylor numa síntese da definição em que o ser *disciplina* é explicitado. Uma prática profissional e investigação teórica em torno do

processamento da informação, considerando-se a produção, o armazenamento, a representação, a transferência, a recuperação e o uso. Quer entender as propriedades e o comportamento (sugerindo uma apreensão conceitual do movimento) da informação; intenta observar forças regendo seu fluxo; desvelar métodos de processamento com a finalidade de otimizar usos; uma atuação envolvendo produtos e serviços. As circunstâncias do aparecimento da área tem sido objeto de estudo, a emergência da Ciência da Informação é entendida com algumas variações dependendo da escola, se de tradição mais européia ou norte-americana.

Assim, de acordo com Pinheiro (2005), a formalização foi em 1961/62, nas reuniões ocorridas no Georgia Institute of Technology. No entanto, a grandiosidade dos papéis históricos de Paul Otlet (1934) e de Mikhailov (1959) indiciam uma antecedência. Considera-se haver um vanguardismo no empreendimento internacional de bibliografia no final do século XIX, o que aponta para a criação do Instituto Internacional de Bibliografia, em 1895, como um dos marcos fundadores. Por outro lado, Borko (1968) sistematiza algumas condições históricas formando um contexto determinante do surgimento da Ciência da Informação na metade do século XX: há veloz crescimento científico e tecnológico, revisão continuada nos parâmetros de conhecimento técnico e expansão dos cientistas em atividade.

Para González de Gómez (2000, p.12) a trajetória constitutiva da Ciência da Informação envolve estratégias discursivas elegendo a alteração da “escala de produção de conhecimento” como causa de surgimento para a área, e faz isso operando silêncios sobre outras premissas implícitas que remetem a “intensificação das relações entre a ciência, o Estado e a indústria, conjugadas pelas políticas do pós-guerra de segurança e desenvolvimento”. O que lança luz sobre a presença da Ciência da Informação na URSS tendo a ver com a polaridade ideológica do mundo naquele momento, conseqüentemente o desenvolvimento científico sob os auspícios de um Estado em “guerra fria”. Essas são marcas que configuram peculiaridades de agendas territorializadas alimentando interpretações de determinantes históricos circunscritos em meados do século XX.

O objeto de estudo da área vai sendo construído. Em Otlet, no final do século XIX, as finalidades de mapeamento e organização do conhecimento universal permitiram objetificar o *processamento de conteúdos*, desdobra-se daí tanto o aprofundamento das questões representacionais como também a ampliação do

escopo das atividades e práticas de informação para além da exclusividade do livro. E esse resgate histórico da evolução da Documentação, segundo Pinheiro (2005), não torna a Ciência da Informação um prolongamento. Freitas (2003) entende que a noção de informação (para servir de objeto da Ciência da Informação) advém de um isolamento do *conteúdo* de seus suportes físicos, da organização do acervo para a representação temática de interesse.

A institucionalização da área parece estar na confluência de fatos que se remetem às iniciativas de Otlet no final do século XIX e eventos que refletem uma preocupação com o desenvolvimento de métodos capazes de lidar com um intenso aumento de informação científica durante o século XX. Contudo, são acontecimentos inscritos num quadro mais amplo de transformações econômicas e sociais dadas ao longo das cinco décadas que antecederam o registro formal da Ciência da Informação.

O que já foi – para escolher um exemplo – a designação de um tipo de documento no século XIX: informação era a tipologia de registro documental que apresentava características rígidas na forma de apresentação dentro do quadro da administração monárquica da nação portuguesa, a palavra-etiqueta vem rubricando diferentes noções conceituais, uma trajetória passível de apontamentos sobre continuidades e descontinuidades. O deslizando do termo rotulando vários conteúdos em diversos contextos é uma perspectiva possível entre outras. Por um lado, a possibilidade de identificar um “significado” nomeado pela expressão informação em sua historicidade (ou seja, situá-lo num tempo e espaço) e observá-lo em seu percurso histórico de relações, regularidades, funcionamento, lacunas e superposições. Outra abordagem, opção desta proposta tentativa, é a caracterização conceitual da informação na atualidade como ponto de partida para um resgate do trajeto constitutivo do horizonte de produção de sentido e tematização da informação inclusive enquanto objeto da Ciência da Informação.

A emergência da vigente noção de informação pode ser enfrentada com alguns instrumentos analíticos da modernidade. González de Gomez (1995;2006) situa o surgimento da sociedade moderna nas rupturas das cadeias de tradição constituintes de uma interlocução narrativa. Indica o rompimento de parâmetros de sociabilidade assentados na partilha de um espaço e tempo em comum, isso para aderir aos “espetáculos” capazes de promover uma existência cotidiana que pretere a

experiência. Dessa forma, o moderno projeta-se nos moldes da coordenação e integração das ações objetivando a transferência da informação, “por meio das trocas cognitivas e comunicacionais formalizadas no quadro das instituições modernas”. (GONZÁLEZ DE GOMEZ, 1995, p. 78)

O desdobramento de situar o conceito de informação no escopo da institucionalidade da Ciência da Informação traz logo à tona a antecedência daquele sobre este em termos de tematização científica. Quanto as práticas de trabalho com a informação remonta-se os fins do século XIX nas assistências de referência através de um balcão de informação. Nesse horizonte da tradição de uma prática ocupacional instituída nas ações de bibliotecários especializados, essencialmente relacionada ao que seja um documentalista ou cientista da informação, acoplando também um campo de estudo, desvela-se os esquemas explicativos das razões de ser da Ciência da Informação sustentados por interesse nas aplicações computacionais, influências teóricas da digitalização informacional (a partir do matematizar de Shannon) e vislumbres nas prospecções das “ciências cognitivas”.

E a construção do objeto de estudo da Ciência da Informação foi sistematizada por González de Gomez em três caminhos temáticos: trabalha algumas *desnaturalizações* na definição do que são os sistemas de informação, as implicações da mediação sócio-cultural das ditas tecnologias da informação e comunicação e a inscrição da informação numa dobra em que “toda prática ou ação de informação acontece no contexto de uma outra ação”. (GONZÁLEZ DE GOMEZ, 1990, p.121)

O sistema de recuperação de informação é entendido como representação de uma mediação que é intervenção através de ações informacionais no contexto de outras práticas sociais de comunicação que tendem anteceder-lo. Considera-se a possibilidade modelizadora do desejável fluxo de informação por meio do controle sistêmico de processos comunicacionais dentro do domínio de uma institucionalidade. Portanto, a configuração de uma intermediação que apresenta características de produtiva em seus condicionamentos no espectro das ações de sujeitos participantes de realizações no contexto da intervenção desse sistema formal intermediário de recuperação de informação. As definições dos objetivos desses sistemas de informação são problematizadas a partir da comum localização de uma atuação que estaria restrita a promoção do encontro do usuário com a fonte.

A recuperação da informação pode ser discutida na sua expressão de imprecisão, apesar de representar uma temática historicamente na constituição da Ciência da Informação. O Sistema de Recuperação de Informação não sendo exatamente o agente informador (no sentido da resposta esgotar o motivo que acionou a procura, sem que haja outros aspectos); o que ele *informa* – permite sentidos – é sobre a existência ou não de referência (e localização documental) de relações anteriormente representadas passíveis de associação com o pedido. Aponta-se jorrando de outras questões intrincadas num sistema institucional de informação acoplado a uma premissa constitutiva em que o julgamento de um usuário sobre a relevância e pertinência da informação recuperada como resposta é antecedido por escolhas realizadas para a organização planejada normativamente. No entanto, mesmo reconhecendo as interferências nos fluxos informacionais, ressalta-se o necessário horizonte de legitimidade das intervenções técnico-administrativas capazes de exercer controles, reformulação e gerenciamento de sentidos, não como produtoras dos mesmos que continua circunscrito ao mundo da vida de agentes históricos e sociais.

As tecnologias de informação e comunicação são demonstradas na fixação de lógicas que encaixilham a realidade numa ordenadora apreensão e interação por meio de linguagens assentadas em regramentos que orientam práticas e ações de informação, por isso uma compreensão “colocando-se a ênfase não na própria tecnologia, mas nas relações das tecnologias com os quadros institucionais de sua instrumentalização”. (ibidem, p.119) Um jogo de linguagem na instauração “ de uma ordem normativa legitimada pelo grupo de interlocução”. (ibidem)

A dobra observada nos fenômenos de informação indica uma emoldura em que pragmáticas sociais de representação, classificação, organização e sumarização objetificam uma formulação que deveria ser entendida como meta-informação junto com condições experienciais de produção de sentidos que dão existência a informação no seu acesso e decodificação. Apesar da referência de alguns aspectos de teorias cognitivas da informação e dos mecanismos de recuperação de informação, afirma-se os limites para alteração da “estrutura do horizonte político e interpretativo que estipula finalmente que informação possui valor”.(ibidem, p. 121)

Desse modo, a instauração de um ponto de vista na demarcação da informação enquanto objeto da Ciência da informação mobiliza diferentes territórios

disciplinares na conjunção de regularidades normativas intervindo nas relações simbólicas e materiais de produção de sentidos. A pluralidade de abordagens na definição de informação coloca uma dificuldade que pode ser enfrentada com a seguinte alternativa: se os referenciais lexicais alternam na ênfase entre novo papel do conhecimento na atualidade e impactos das novas tecnologias na cultura, propõe-se então haver no “termo 'informação' uma expressão metafórica de operações ou domínio de integração sobre os conhecimentos ou sobre a linguagem e suas inscrições”. (GONZÁLEZ DE GOMEZ, 2006, p.30)

COSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de arquivo vigente remonta o século XIX: uma apreensão conceitual das relações que têm os documentos entre seus pares na complementaridade de sentidos conjugando-se também com atividades que presidiram essa acumulação "oficial" no quadro de uma institucionalidade, ou seja, o conjunto (uma abstração das relações) de documentos produzidos e recebidos por uma administração na consecução de seus objetivos.

O contexto dessas noções, a reboque da construção dos Estados nacionais, é o horizonte para pensarmos a coroação da História com reconhecimento científico e a Arquivologia instrumentalizada no século XIX, bem próximas. Em meados do século XX, novamente através da convocação do próprio Estado, é que esse saber sobre a *memória da administração* (arquivo) vai ser mobilizado à luz de Teorias da Administração para racionalização da produção e acúmulo documental compreendido sob princípios de eficiência. Assim, a instituição arquivo-depósito como versão oficial do que aconteceu, portanto fonte da História; e, a existência do arquivo-gestão como instrumento que auxilia orientações de sucesso para as administrações. A polarização configura especificidades nos acessos que são promovidos. Dentro das administrações esta gestão documental é para servir atores constituintes do funcionamento institucional, já na instituição arquivística tem-se o propósito de sustentar a cidadania e pesquisa histórica com uma disponibilidade de registros autênticos sobre um "ontem da sociedade".

Os limites referenciais desses dois aspectos do saber arquivístico, acima caricaturados, vem sendo relativamente teorizado. No entanto, busca-se tematizar uma recente constatação apresentada na literatura em que os arquivos são abordados informacionalmente. Quer dizer, o discurso da informação (esse que data de pós-guerra) é incorporado na fala daqueles que justificam teoricamente as práticas da ocupação em torno dos arquivos.

Arquivos são compostos por informações vinculadas a processos, isto é: informação gerada e estruturada por processos de trabalho. Qualquer arquivo é formado por informação gerada e estruturada por processos de trabalho funcionalmente inter-relacionados. Um sistema de gerenciamento arquivístico é desenvolvido para estabelecer, manter e explorar a ligação entre estes processos de trabalho e a informação que geram, a fim de otimizar os processos informacionais decorrentes de suas relações. (THOMASSEM, 2006, p.6)

A noção de informação arquivística parece enquadrar-se nesses movimentos reflexivos que configuram criticamente a modernidade como um quadro analítico que permite perceber a emergência de transformações sociais corporificadas na constituição de Estados-nacionais, promovedores da gestão dos saberes como ação de religação das separações e das fragmentações para a dominação. Um horizonte em que há mudanças das formas de sociabilidade mais narrativas e testemunhais nas interlocuções, para uma ênfase na autenticidade dos registros. Ou seja, a recente enunciação informação arquivística comporta noções antecedentes: aparentemente pressupõe uma constituição enquanto artefato informacional, até então chamado de documento de arquivo, que remete ao registro seletivo e controlado nas referências de uma instituição. O fenômeno informacional em arquivo também sugere a dependência de uma materialidade na “disponibilidade registrada”.

O contexto histórico reivindicado para surgimento da área da Ciência da Informação inscreve-se nos limites referenciais das tecnologias eletrônicas aplicadas à comunicação e à informação no pós-guerra. Uma produção discursiva que sustenta a informação numa condição fundamental da realidade, ela pode ser recuperada, transmitida, armazenada, organizada; opções viabilizadas pelas novas tecnologias. Uma idéia de informação que quer se afastar de formas tradicionais de registro, como documento e livro, mas com a recorrência do disponível e apropriável, noutros meios. A estruturação desse campo discursivo com o reconhecimento comum para a noção

de informação parece atingir também as falas sobre as práticas em torno dos arquivos. Configuram-se tentativas de abordar informacionalmente os arquivos, no sentido de conceber o objeto de estudo do saber arquivístico nessa apreensão conceitual de informação como unidade de conhecimento inscrito numa pragmática social, passível de fixação digital.

Dessa forma, algumas provocações resultam desta visita da literatura da Ciência da Informação com um olhar interessado na compreensão sobre o que seja informação arquivística.

- Será que esta noção de informação como suporte do conhecimento serve para esclarecer a abordagem informacional dos arquivos?
- Os questionamentos dos aspectos implícitos na simples designação sistema de informação para as unidades formais de intermediação informacional são cabidos aos serviços de organização e representação documental nos arquivos?
- A “dobra” em que uma ação de informação é uma intervenção sobre um outro estrato de ações circunscritas ao mundo da vida sugere uma possível aproximação ao que se concebe como arquivo. Este último na idéia que reconhece uma existência *decorrente* qualificando o acúmulo de registros de uma administração, admitindo inclusive uma intencionalidade funcional, outra, presidindo a acumulação. Enfim, não há relações entre essas tematizações?
- A fala daqueles que justificam atualmente as práticas do saber arquivístico parece reproduzir uma produção discursiva contemporânea que formula as tecnologias de informação e comunicação (TIC's) constituindo a informação enquanto objeto de estudo. Não há instrumentalização do debate conceitual da Ciência da Informação pela Arquivologia?

Enfim, os horizontes de caracterização conceitual da informação esboçados, colocam-se na direção de contribuir para reunir argumentos que elucidem o enunciado informação arquivística, conseqüentemente a tal abordagem informacional dos arquivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. Manual de arranjo e descrição de arquivos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1975.

BORKO, H. Information Science: what is it? American Documentation, v.19, n.1, p.3-5, Jan. 1968.

BRAGA, Gilda Maria. Informação, ciência da informação: breves reflexões em três tempos. Ciência da Informação, Brasília, v.24, n.1, 1995. Disponível em: www.ibict.br/cionline/. Acesso em: 07 jun. 2006.

COUTURE, C.; ROUSSEAU, J. Y. Fundamentos da disciplina arquivística. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, v. 10-3, abr. 1982/ ago. 1986.

FONSECA, Maria Odila. Arquivologia e ciência da informação. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

FREITAS, L. S. Sentidos da história e história dos sentidos da Ciência da Informação: um esboço arqueológico. Morpheus, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, 2003.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. O objeto de estudo da ciência da informação: paradoxos e desafios. Revista Ciência da Informação, Brasília, 19(2): 117-22, 1990

_____. A informação: dos estoques às redes. Revista Ciência da Informação, Brasília, v. 24, n. 1, p. 77-83, 1995.

_____. Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação. DataGramZero, Rio de Janeiro, v.1, n.6, dez.2000. Disponível em: <http://dici.ibict.br/archive/00000290/01/> . Acesso em 01 dez. 2005.

_____. Informação como Instância de Integração de Conhecimentos, Meios e Linguagens. Questões epistemológicas, Consequências Políticas. In: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill.(org). Políticas de memória e informação: reflexos na organização do conhecimento. Natal:EDUFRN, 2006, p. 29-84.

JARDIM, Jose Maria; FONSECA, Maria Odila. As relações entre a arquivística e a ciência da informação. Cadernos BAD, v.2, 1992.

MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, M. Paz. La construcción teórica en archivística: el principio de precedencia. Madrid: Universidad Carlos III, 1998.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Processo evolutivo e tendências contemporâneas da Ciência da Informação. Informação e Sociedade, João Pessoa, v. 15, n. 1, 2005

SARACEVIC, Tefko. Information Science. Journal of the American Society for Information Science, v.50, n.12, p:1051-1065,1999. Disponível em: <http://www.scils.rutgers.edu/~tefko/JASIS1999.pdf> Acesso em: 10 jun. 2006.

SHELLENBERG, T. R. . Arquivos Modernos: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

_____. Documentos públicos e privados: arranjo e descrição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980.

THOMASSEM, Theo, Uma primeira introdução à arquivologia. Revista Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p. 5-16, 2006.